
EDITORIAL

O SÍNODO DA IGREJA MISTÉRIO E COMUNHÃO

O Sínodo é uma das instâncias magisteriais e pastorais mais altas da Igreja. Sob a presidência do Papa, lá estavam os presidentes de todas as Conferências Episcopais do mundo, além de uma série de outros membros. Ele é o termômetro teológico e pastoral da Igreja, pois confluem para ele as correntes sanguíneas vindas das veias capilares da base eclesial e das artérias das Instâncias romanas. Essa mistura sanguínea permite melhor diagnóstico do conjunto do organismo.

Se tomarmos o Sínodo de 1974 sobre a Evangelização no mundo como ponto de comparação, para melhor entendermos as mudanças conjunturais da Igreja, houve nesse tempo uma inversão do movimento metabólico do corpo eclesial.

Em 1974, os bispos especialmente do 3º mundo trouxeram para o Sínodo uma riqueza enorme de experiências pastorais no campo da evangelização e libertação de seus países, de modo que os temas da inculturação, da libertação, das comunidades eclesiais de base, dos novos ministérios, encheram o espaço falado e escrito da Aula Sinodal. Era uma pastoral bem colada à realidade de dois gigantes campos de atuação da Igreja: o mundo cristão latino-americano na espera de uma evangelização libertadora e o mundo asiático e africano às voltas com uma evangelização encarnada em suas culturas e igrejas locais. E Paulo VI com sua Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi reassume numa expressão mais lapidada e sistematizada todo esse riquíssimo material, coroando teologicamente um movimento vindo de baixo, das bases da Igreja: verdadeira Teologia "von unten", — "de baixo" —, indutiva, a gosto dos teólogos latino-americanos.

O Sínodo de 1985 reflete um movimento inverso. É verdade que houve uma ampla consultação às Igrejas do mundo inteiro e a primeira relação apresentada no Sínodo pretendia ser uma síntese de variegado universo de contribuições. Mas de fato a estrutura da "relatio" revela antes um esquema teológico a-priori, que parte da concepção de Igreja como mistério, da Palavra de Deus e Liturgia como fontes de sua vida, da comunhão trinitária como modelo para a Igreja e da relação da Igreja com o mundo. Esse breve esquema já apresentado no início do Sínodo

vai atravessar intacto até o fim, funcionando portanto o critério de inclusão e exclusão nele para selecionar as contribuições que se farão ao longo do Sínodo.

Trava-se uma Teologia e depois faz-se que ela desça até os menores rincões da pastoral das igrejas locais. Eis o novo movimento teológico-pastoral senão iniciado ao menos estimulado pelo Sínodo. Esta estrutura fundamental corresponde, portanto, a uma teologia "von oben", vinda "de cima" para baixo. E ela se elabora sobretudo nos laboratórios centro-europeus, marcados pela preocupação central da recuperação da dimensão misteriosa, sacral, num mundo espiritualmente desgastado pela ideologia do consumismo, da abundância de bens materiais, da busca sôfrega das auto-satisfações prazerosas. E tanto mais válida se demonstra tal orientação, quanto se percebem sinais nítidos — especialmente entre os jovens — de um desejo e sede do sagrado e do religioso.

Aí está uma das linhas fundamentais do Sínodo de 1985: apresentar uma Igreja que prefere o silêncio sobre suas dimensões institucionais e sociológicas, para concentrar-se na sua verdadeira natureza de mistério, injetando em sua despojada liturgia mais ingredientes de sagrado, que permitam um saborear mais espiritual e interior do mistério eucarístico.

E a via do aprofundamento dessa nota espiritual da Igreja enquanto mistério que vai ajudar a evitar as falsas inteleções sociológicas ou políticas de sua natureza. E nesse sentido a outra dimensão salientada — comunhão — vem reforçar essa perspectiva de afastar a Igreja do crivo crítico das análises sociológicas. Por isso observa o Card. Ratzinger que "uma Igreja que fala muito de si e se ocupa demasiado consigo mesma, na verdade fala de modo incorreto sobre si". O Sínodo não deve ocupar-se principalmente da divisão do poder na Igreja mas de sua realidade de mistério, observa o mesmo Cardeal na sua intervenção.

Sendo um Sínodo Extraordinário, em que a presença dos Presidentes de Conferências Episcopais se sobressai na sua quase exclusiva apresentação de suas igrejas nacionais, a temática da Colegialidade tinha que ser relevante, não só em seu conteúdo mais estritamente teológico mas também em suas formas históricas concretas. De novo, funcionou o método de uma teologia "de cima", que em vez de trabalhar a realidade concreta das Conferências, preferiu partir da comunhão trinitária, para então sob essa luz serena e eterna, olhar as pequenas saliências das aventuras sublunares de nossas Conferências. Não é a pluriformidade das igrejas locais, que num entrelaçar-se entre si e com o Centro, configuram a unidade, mas uma unidade anterior da Igreja universal que se faz presente nas igrejas particulares, que se plasmam à imagem dessa Igreja universal.

Atravessou o Sínodo outra preocupação fundamental: A afirmação da objetividade em face ao subjetivismo moderno. No elenco das sombras que obscurecem o céu eclesial nos anos pós-conciliares ocupa lugar de destaque a insistência sobre o subjetivismo nas reformas litúrgicas e na interpretação da Palavra de Deus, sobre o perigo de uma "identificação parcial" com os ensinamentos da Igreja, selecionados a critério pessoal, sobre o excessivo peso dado ao critério último de moralidade da própria consciência, sobre uma liberdade religiosa beirando o indiferentismo religioso, sobre a liberdade de ensinamento na catequese e nos cursos teológicos, em desabono ou subestima das normas litúrgicas, da função autoritativa do Magistério em relação à inteligência da Escritura, da totalidade dos ensinamentos dogmáticos e morais da Igreja, da necessidade de uma identidade eclesial, e de uma vigilância magisterial sobre os catequistas e professores de Teologia.

João Paulo II na homília de abertura do Sínodo, procurou localizar a problemática da Igreja no horizonte do Reino de Deus. Estranhamente esse apelo não recebeu ressonância no Sínodo. Os problemas dominantes giraram em torno da vida interna da Igreja. Assim a reflexão sobre o feixe de questões ligadas com a Constituição Pastoral Gaudium et Spes apenas se alçou do terreno movediço da situação interna da Igreja.

Num juízo superficial, poder-se-ia pensar que o Sínodo realizado a 11.000 km da costa brasileira tenha a mesma distância de nossas preocupações sociais, políticas, culturais e eclesiais. Mais uma página passada do livro da história da Igreja sem relevância para os leitores da periferia continental latino-americana. Uma análise mais tranqüila faz-nos perceber na Igreja do Brasil três camadas de problemas, sobre os quais o Sínodo terá incidência diferenciada.

No nível da base, o Sínodo com suas escassas mas suficientemente claras afirmações sobre as Comunidades Eclesiais de Base, sobre a opção preferencial pelos pobres e pela promoção humana, sobre a libertação das opressões, da miséria e da injustiça servirá para confirmar a caminhada da Igreja. Não avança nenhum ponto novo, não aprofunda nenhuma questão diretamente relacionada com o trabalho de base, mas também não o cerceia nem levanta suspeitas sobre eles. Assim as nossas CEBs que se estão preparando para o grande Encontro Intereclesial de julho deste ano em Goiás encontrarão no Sínodo mais um sinal de esperança depositada pela Igreja universal nesse "novo modo de ser Igreja" — expressão que encontrou eco na aula sinodal pela voz do bispo representante da Bolívia.

Se olharmos a Igreja na sua relação com a atual sociedade brasileira, envolvida com as questões da Constituinte, Reforma Agrária, estabi-

lização democrática, criação de novos partidos mais expressivos dos anseios populares, extirpação do cancro da existência de bolsões enormes de miséria absoluta, redimensionamento de uma política econômica mais orientada para a solução dos graves problemas sociais, o Sínodo não oferece muita luz, mas certamente reencoraja a Igreja na tarefa missionária de interpretar tais problemas à luz do Evangelho. Mais. Incentiva à Igreja a que pense tais questões de modo colegiado, já que reconhece a utilidade e necessidade mesmo de tais decisões colegiadas dos bispos para problemas de vulto nacional. Assim os Bispos da Igreja do Brasil, desde a histórica Assembléia Geral em Brasília — 1970 —, onde eles pela primeira vez de modo colegiado condenaram a tortura sistemática a presos políticos em pleno violento surto repressivo do Regime militar, vêm produzindo excelentes documentos sobre os mais diversos problemas econômicos, políticos e sociais sob a perspectiva ético-religiosa que lhes compete. Tal ministério recebe reforço no Sínodo, que recomenda o estudo do “estatuto teológico” e a “natureza doutrinal” das ações colegiadas das Conferências Episcopais.

E, pois, nesse terceiro grupo de questões que o Sínodo foi mais incisivo: A vida interna da Igreja sobretudo na relação de poder entre as diversas instâncias eclesiais. Duas atitudes delineiam-se frente a tal problemática. Uma afirmada com certa insistência pelo grupo alemão desloca a atenção da “divisão do poder” na Igreja para a sua realidade de mistério. A outra, refletindo o realismo anglo-saxônico e a trabalhosa experiência de algumas Conferências Episcopais latinas, prefere que se trate explicitamente da presente tensão entre as Igrejas locais e certo centralismo crescente. Na Aula Sinodal a segunda tendência fez-se ouvir com muita nitidez. No texto, partiu-se de um acento na primeira tendência, terminando a redação final dentro de certo equilíbrio dinâmico.

O tempo de pós-Sínodo mostrará qual das tendências se firmará e quais serão suas conseqüências dogmáticas e pastorais. Ainda que o discurso sobre a Igreja-mistério encerre uma beleza e credibilidade teológica inegável, na medida em que se torna quase unilateral corre o risco de tirar da ocular da contínua e necessária avaliação da caminhada de toda a Igreja aqueles aspectos institucionais que talvez no momento estejam carentes de reverificação no espírito da própria convocação do Sínodo. Sob o olímpico discurso sobre o mistério da Igreja, pode encontrar guardada uma prática institucional, também ela envolta em mistérios, somente que já não mais o trinitário ou cristológico, mas o de mecanismos humanos refratários à luz da publicidade, do diálogo, da verdade que liberta.

Por sua vez, a insistência em pensar as relações internas de poder doutrinal e pastoral, nos níveis de cada diocese, da Conferência Episco-

pal e das instâncias romanas e entre todas elas, não significa reduzir o mistério da Igreja à sua dimensão sociológica e institucional, nem também falar demasiado de si, mas uma necessidade mesma para viver o mistério e a comunhão de maneira histórica e concreta.

Guardando a devida analogia, vale da Igreja o dito latino afirmado de Deus: "Non coerceri a maximo, contineri tamen a minimo, divinum est" — não deixar-se conter pela maior realidade possível, mas caber na mínima, é próprio de Deus. Ora, a Igreja na sua dimensão de mistério, de Corpo de Cristo, de Comunhão-dom trinitário, estende-se para além de todas as fronteiras e penetra até a eternidade de Deus. É da Trindade que se origina e é para a comunhão com a Trindade que ela orienta seus filhos. Mas essa mesma Igreja deve, porém, caber dentro das pequenas dimensões de cada momento histórico. É aí que o mistério deve encarnar-se. E essa encarnação deve sim ser continuamente revista à luz do mistério, não para fixar-se no mistério, mas para voltar-se de novo sobre o concreto e histórico e julgá-lo. É essa circularidade entre o mistério e as dimensões históricas sem nunca deter-se em nenhum dos pólos que faz jus verdadeiro à natureza e estrutura da Igreja. Qualquer voz que queira reter o processo num dos momentos termina por fazer deserviço a essa mesma Igreja. Esta é a lei da Encarnação. E a Igreja é a Igreja do Verbo Encarnado; deve submeter-se à mesma lei a que seu Mestre e Fundador se submeteu.

Todos os vícios inerentes à historicidade de um corpo social: centralismo, juridismo, triunfalismo encontram sua contraposição crítica no mistério do Jesus servo de Javé. E todo risco de monofisismo eclesiológico de fixar-se numa Transcendência a-histórica precisa ser superado pela contraposição com o histórico diário de uma Igreja de quase dois mil anos de experiência institucional. E a Igreja no Brasil tem condições concretas hoje de encontrar esse equilíbrio, já que não lhe falta fôlego espiritual nem percepção aguda da Transcendência, como também um senso bem concreto da historicidade através das duras experiências que acumulou nessas últimas décadas.